

# Estamos com fome e queremos comer: protestos populares, cristianismo da libertação e culturas políticas na transição brasileira

*We are hungry, and we want to eat: popular protests, liberation Christianity and political cultures in Brazilian transition*

Geovanni Rocha Junior

## RESUMO

Este artigo busca apresentar os resultados parciais de uma investigação que tem como objetivo interpretar a circulação de ideias e as práticas sociais provenientes do chamado cristianismo da libertação em diferentes regiões do Brasil, entre os anos de 1974 e 1985. No país, a passagem da ditadura militar para um regime pretensamente democrático constituiu-se em um momento decisivo para o ajuste de novas relações políticas. No referido contexto, ritmos temporais dissonantes estiveram em disputa e acabaram fornecendo subsídios que contribuíram para a reconfiguração das esquerdas e de suas plataformas reivindicativas. Essa reconfiguração, no entanto, contou com elementos decisivos do cristianismo da libertação. A partir da segunda metade da década de 1970, temas como a fome, o desemprego, o acesso à moradia e a concentração de renda foram constantemente mobilizados por sujeitos identificados com essa corrente para denunciar o regime militar e projetar um sentido de democracia que almejava viabilizar a superação das injustiças sociais no país. Este artigo, em especial, procura explorar a possível ligação entre os saques protagonizados por setores populares, que ocorreram em setembro e outubro de 1983 em alguns bairros do Rio de Janeiro e de São Paulo, com uma retórica social difundida pelos adeptos do cristianismo da libertação. Os argumentos desenvolvidos neste artigo têm como base uma análise realizada nos dossiês recolhidos no acervo do Serviço Nacional de Informações, assim como em materiais coletados nos periódicos *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil*.

**Palavras-chave:** Fome; Redemocratização; Protestos populares; Cristianismo; Cultura política

## ABSTRACT

This article aims to show the partial results of research that addresses the circulation of ideas and social practices coming from the so-called Christianity of liberation in different regions of Brazil between 1974 and 1985. In the country, the transition from military dictatorship to a supposedly democratic regime was a decisive moment for the adjustment of new political relations. In this context, dissonant temporal rhythms were in dispute and ended up providing subsidies that contributed to the reconfiguration of the left and its vindictive platforms. This reconfiguration, however, had decisive elements of liberation Christianity. From the second half of the 1970s, issues such as hunger, unemployment, access to housing, and income concentration were constantly mobilized by people identified with this current to denounce the military regime and project a sense of democracy that would overcome social injustices in the country. This article, in particular, explored the possible connection between the looting carried out by popular sectors, which took place in September and October 1983 in some neighborhoods of Rio de Janeiro and São Paulo, with social rhetoric disseminated by followers of liberation Christianity. The arguments developed in this article are based on the analysis of files collected in the collection of the Serviço Nacional de Informações, as well as materials collected in the newspapers *Folha de São Paulo* and *Jornal do Brasil*.

**Keywords:** Hunger; Re-democratization; Popular protests; Christianity; Political Culture



# PACHA

Revista de Estudios Contemporáneos del Sur Global

## INFORMAÇÃO

<https://doi.org/10.46652/pacha.v2i6.71>

ISSN 2697-3677

Vol. 2, No. 6, 2021. e21071

Quito, Ecuador

Enviado em: 06 de agosto de 2021

Aceito: 12 de outubro de 2021

Publicado em: 29 de outubro de 2021

Publicação contínua

Seção Geral | Revisado por pares



## AUTOR

 Geovanni Rocha Junior

Universidade do Estado de Santa Catarina - Brasil

[geovanni.rochajr@gmail.com](mailto:geovanni.rochajr@gmail.com)

## CONFLITO DE INTERESSES

O autor declara que não há possível conflito de interesses.

## FINANCIAMIENTO

A produção deste artigo contou com o auxílio de uma bolsa fornecida pelo Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação (PROMOP), no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC).

## NOTA

Este artigo é o resultado de uma investigação no curso de doutorado em história do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC), cujo título é: Eu ouvi os clamores do meu povo: Humanismo cristão e desigualdades sociais na transição política brasileira (1974-1985).

## ENTIDAD EDITORA

RELIGACION  
**CICSHAL**  
Centro de Investigaciones en Ciencias Sociales y Humanidades desde América Latina

## 1. Introdução

O dia 6 de setembro de 1983 amanheceu agitado nos bairros de Realengo e Padre Miguel, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Pela manhã, os comércios locais funcionaram com as portas entreabertas. Os proprietários temiam que populares voltassem a saquear os estabelecimentos, assim como havia ocorrido nos dias anteriores. A equipe do *Jornal do Brasil* esteve no local para fazer a cobertura dos episódios e constatou a presença de policiais que tentavam evitar maiores contratempos na região. O clima de tensão era alimentado pelas ameaças de novos saques anunciadas por moradores, caso “os gêneros alimentícios” continuassem “a subir indiscriminadamente”. Um grupo de pessoas aproximou-se do carro de reportagem gritando efusivamente: “queremos feijão, queremos feijão”. Nos arredores da Vila Vintém, comunidade situada entre Realengo e Padre Miguel, o burburinho que tomava conta das rodas de conversa sugeria que o pior ainda estava por vir (*Jornal do Brasil*, 07 de setembro de 1983, p. 5).

Uma moradora da Vila Vintém, Sônia dos Santos, alegava que a falta de postos de trabalho era um problema a ser enfrentado. Não se tratava, porém, de angariar empregos formais com carteira assinada, um horizonte quase utópico para os que residiam em tal comunidade (Cardoso, 2010, p. 800-804), mas de obter recursos em atividades informais por meio de pequenos biscates que surgiam no cotidiano. Sônia relatou à reportagem do *Jornal do Brasil* que boa parte da força de trabalho da Vila era formada por pedreiros que, naquele momento, não encontravam mais serviços: “os que têm emprego, ganham salário mínimo, o que não dá para nada. Se para um não dá, imagina para uma família”, salientou (*Jornal do Brasil*, 07 de setembro de 1983, p. 5). Embora não seja um dado a ser menosprezado, o grave quadro de desemprego, um desdobramento da crise econômica do início da década de 1980, não é suficiente para explicar os saques e as revoltas populares que movimentaram os estados de São Paulo e Rio de Janeiro entre os meses de setembro e outubro de 1983.

Os moradores da Vila Vintém prometiam interromper as investidas “quando o Presidente Figueiredo” oferecesse “emprego e comida para o povo”, do contrário continuariam saqueando os estabelecimentos comerciais e os caminhões de gás que circulavam nas regiões adjacentes. Uma fala mais enérgica, captada pela equipe do *Jornal do Brasil*, de Antônia de Jesus, revela o drama de uma mulher pobre cuja margem de manobra para enfrentar a situação era totalmente restrita e angustiante: “o que nós podemos fazer? Ver os filhos passar fome? Acho que o Governo já quer que o pobre nasça morto de fome” (*Jornal do Brasil*, 07 de setembro de 1983, p. 5). Outra moradora da Vila Vintém, Maria de Oliveira, confirmou que a revolta popular foi impulsionada pelo aumento dos produtos básicos de alimentação, o óleo de cozinha, por exemplo, passou de Cr\$ 390 para Cr\$ 650. Além disso, segundo o relato de Maria de Oliveira, “alguns supermercados de Padre Miguel” estocavam as mercadorias “para aumentar o preço novamente” (*Jornal do Brasil*, 07 de setembro de 1983, p. 5). A associação entre desemprego e fome, somado a uma prática considerada abusiva dos comerciantes, pode ter sido o gatilho que deflagrou os saques na Zona Oeste do Rio de Janeiro em meio a uma conjuntura de ampla insatisfação com o desempenho da economia brasileira.

Nos anos derradeiros da ditadura militar, a fome e o elevado custo de vida parecem ter quebrado um código de ética compartilhado por setores populares que habitavam as principais áreas urbanas do país, gerando situações que tendiam a fugir do controle. As moradoras da Vila Vintém deixavam explícito que poderiam “se virar” em empregos incertos e morar em habitações precárias, desprovidas de qualquer tipo de infraestrutura, mas não aceitavam ver os filhos sem

ter o que comer enquanto a inflação corroía seus ínfimos recursos e os pequenos comerciantes estocavam alimentos para aumentar o valor dos produtos. Verifica-se, portanto, a presença de uma ordem moral que procurava delimitar, à sua maneira, o que era justo e o que era injusto, ou o que era digno e o que era indigno (Thompson, 1998, p. 150-202).

O tema da fome tem despertado interesse no âmbito da produção historiográfica no Brasil. Os desdobramentos do assunto são fundamentais para a compreensão de relações políticas e de práticas sociais que ganharam forma no país a partir da segunda metade do século XX. Neste artigo, o tema da fome é abordado por meio dos saques que ocorreram em alguns bairros de São Paulo e do Rio de Janeiro entre os meses de setembro e outubro de 1983. Busca-se mapear uma possível vinculação que envolve a deflagração de protestos populares com uma retórica social proveniente do cristianismo da libertação (Löwy, 2007, p. 306).

No caso em apreço, os enredos formulados pelos jornais impressos de teor liberal abordam diferentes tramas que necessitam de uma investigação densa em paralelo com outros documentos históricos, pois os conflitos decorrentes dos saques que ocorreram no Rio de Janeiro e em São Paulo não compõem um encadeamento homogêneo de incidentes. Algumas interrogações são relevantes e as repostas preconizadas talvez sejam insuficientes devido às limitações deste texto. De maneira geral, é possível levantar as seguintes perguntas: havia uma relação entre os protestos do Rio de Janeiro e de São Paulo? Como a imprensa abordou o acontecimento no espaço público? Os saques de 1983 foram fenômenos isolados ou caracterizam temporalidades dissonantes da transição política brasileira? Não é nenhum exagero propor que as reivindicações em torno da fome e do custo de vida encontraram solo fértil em diferentes municípios brasileiros. Desde pelo menos o início da década de 1970, toda uma retórica social acerca de temas relacionados às desigualdades circulou em muitos bairros por meio das Comunidades Eclesiais de Base. Essa retórica social, possivelmente, sofreu influência e, ao mesmo tempo, influenciou as experiências de setores populares durante a transição política brasileira. É objetivo deste artigo, portanto, explorar a ligação entre os saques de 1983 e os ritmos temporais provenientes do cristianismo da libertação que tiveram seu peso durante a passagem da ditadura para a Nova República, ritmos que não devem ser ignorados a pretexto de uma transição que ocorreu pelo alto. Para desatar os pontos mencionados, foram analisadas algumas matérias do *Jornal do Brasil* e da *Folha de São Paulo*, bem como dossiês do Serviço Nacional de Informações.

## 2. Metodologia

Os argumentos desenvolvidos neste artigo foram esboçados a partir de uma investigação realizada nos periódicos *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, além de um estudo dos dossiês recolhidos junto ao acervo do Serviço Nacional de Informações, que se encontra disponível para consulta online no Sian, sistema que pertence ao Arquivo Nacional. A consulta e a seleção dos dossiês ocorreram paralelamente ao processo de catalogação das fontes em tabelas. Efetuada a catalogação dos documentos coletados, teve início a etapa de análise dos materiais. Até o momento foram inventariados 215 dossiês do SNI, sendo que 41 deles já foram devidamente analisados e 181 matérias dos jornais *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil*.

O panorama fornecido pelo levantamento feito sugere que a partir de 1973 a “comunidade de informações” da ditadura militar brasileira intensificou o monitoramento das atividades desenvolvidas por atores ligados ao cristianismo da libertação, com destaque para o ano de 1977. Também merece ser ressaltado a quantidade de documentos produzidos no início da década de 1980, muito em função dos saques e motins urbanos contra a fome e o desemprego. O engajamento

verificado nas Comunidades Eclesiais de Base, nos Centros de Formação de Líderes e Pastorais Operária ou da Terra, certamente motivou as agências regionais do SNI a acompanhar de perto as articulações do clero progressista. A imprensa também rastreou essas manifestações com suas prerrogativas e atendendo aos seus anseios empresariais. O procedimento de análise das fontes buscou separar dados como conteúdo, data, quantidade de páginas, materiais anexados, entre outros. As informações extraídas dos dossiês possibilitaram dividir o conteúdo em oito vertentes, que estão interligadas com a temática da pesquisa e foram classificadas da seguinte maneira: clero progressista; intelectuais, redes internacionais; protestos populares; Igreja Católica e instituições oficiais; imprensa; relações políticas e partidos; e por último desigualdades sociais. Neste artigo o foco está no tópico “protestos populares”. Antes de apresentar os resultados, porém, é necessário traçar algumas considerações sobre o SNI e a materialidade dos dossiês.

O Serviço Nacional de Informações, criado em junho de 1964, foi o principal órgão de espionagem, controle e contrainformação do regime militar brasileiro. A “comunidade de informações” da ditadura, presente em todo país e no exterior, reuniu um aparato técnico sofisticado formado por agências integradas ao SNI, cuja estrutura montada notabilizou-se pelo monitoramento de pessoas, grupos políticos e instituições que mantinham posicionamentos divergentes do regime, estimulando a produção de documentos sigilosos em larga escala. Segundo Carlos Fico (2012, p. 58), muitos documentos produzidos pela ditadura brasileira “foram expurgados, mas, ainda assim, a pesquisa detalhada” dos papéis que restaram “poderá trazer importantes revelações”. O autor defende que a transição política no Brasil ficou marcada pela impunidade, pela conciliação e pela frustração, porém a “produção historiográfica sobre o período já foi bastante impactada, mesmo” com a consulta limitada a “tão poucos documentos”. A investigação neste tipo de fonte tem revelado que, entre 1970 e 1985, o regime militar brasileiro acompanhou de perto a atuação da chamada esquerda cristã e os vínculos que foram construídos com segmentos da classe trabalhadora organizada e com setores populares. Do ponto de vista dos militares, vigiar as práticas e as ideias que circulavam por meio do clero progressista configurava uma estratégia básica para garantir o clima de ordem e, assim, antecipar possíveis contestações direcionadas ao regime a fim de evitá-las. Na sequência, seguem os resultados parciais obtidos durante a investigação a partir da temática da fome e dos saques de 1983, que estão divididos em dois tópicos: “*Marginais perigosos ou pobres desempregados com fome?*” e *Uma cultura política em movimento*.

### 3. Resultados

#### 3.1 “Marginais” perigosos ou pobres desempregados com fome?

Os rumores que tomaram conta da Vila Vintém na manhã do dia 6 de setembro de 1983, prevendo o recrudescimento dos ataques aos estabelecimentos comerciais na Zona Oeste do Rio de Janeiro, acabaram se confirmando. À noite, em Senador Camará, grupos tentaram invadir três supermercados e foram impedidos pela polícia. “Aos gritos de ‘estamos com fome e queremos comer’, a multidão avançava em direção aos supermercados” (Jornal do Brasil, 07 de setembro de 1983, p. 5). No confronto, as pessoas arremessaram pedras em direção aos policiais. Algumas acabaram sendo detidas e levadas à delegacia. Os saques se alastraram por outros bairros, ganhando destaque nas páginas do *Jornal do Brasil* e a vigilância da agência do SNI lotada no Rio de Janeiro. Segundo o relatório produzido pela Comunidade de Informações, no dia 6 de setembro, além dos saques em Senador Camará, verificaram-se outros na Vila Kennedy, Bangu e Padre Miguel. Grupos de aproximadamente duas mil pessoas participaram das investidas, furtando

alimentos e depredando os estabelecimentos comerciais (Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional: Fundo BR DFANBSB V8, ACE 38458/1983).

Nas matérias do *Jornal do Brasil*, o desencontro de informações, seguido por uma “disputa” de narrativas, dificulta a compreensão dos sentidos atribuídos aos saques de 1983. Segundo Wollmann (2010, p. 227), o *Jornal do Brasil* assumiu uma “posição crítica em relação aos retrocessos do processo de abertura política capitaneada pelos governos militares”. Sendo assim, “o periódico acabou adotando uma postura moderada frente ‘aos perigos de radicalidade’ verificados no país em fins dos anos 1970”. No início da década de 1980, “momento em que as pressões sociais em prol das eleições diretas para Presidente da República ganharam forte adesão popular”, as colunas de opinião e os editoriais do veículo impresso ficaram marcadas pela “heterogeneidade entre as opiniões, que incluíam desde manifestações declaradas de apoio à grandes movimentos populares, como a Campanha pelas Diretas Já, a posições de condenação da mesma”. No caso dos saques de 1983, vale o esforço de tentar ultrapassar o ponto de vista dos jornalistas que redigiram os textos no calor da hora, a fim de perceber movimentos que, embora sutis e dispersos, indicam a presença de demandas populares e a circulação de práticas que continham um lastro temporal.

O governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, em entrevista à *Rádio Jornal do Brasil*, acreditava que os saques vinham sendo promovidos por setores radicais da oposição (*Jornal do Brasil*, 10 de setembro de 1983, p. 5). Em outra oportunidade, Brizola denunciou ser vítima de ataques paramilitares orquestrados pela CIA (Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional: Fundo BR DFANBSB V8, ACE 38458/1983). O então secretário de Justiça do Rio de Janeiro, Vivaldo Barbosa, sugeriu que “os primeiros saques foram organizados por ‘grupos bem articulados’ que exploraram as áreas de Bangu, Padre Miguel e Realengo”, onde havia “grande marginalidade” (*Jornal do Brasil*, 14 de setembro de 1983, p. 7). O ministro chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Brigadeiro Valdir de Vasconcelos, “atribuiu ao ‘banditismo’ e a reflexos da situação social e econômica de segmentos da população os atos de agressão” (*Jornal do Brasil*, 14 de setembro de 1983, p. 7). Já o comandante da Polícia Militar, Coronel Carlos Magno Nazaré, relatou que “um sargento do Exército reformado e um PM da ativa foram detidos durante os saques a supermercados, no subúrbio de Olaria e na Vila Kennedy, depois de trocas de tiros com a polícia”. Segundo o Coronel, a polícia civil ficou encarregada de apurar o suposto vínculo dos militares presos com organizações de direita. Indícios não muito consistentes apontavam que “eles estavam incitando os saqueadores” (*Jornal do Brasil*, 14 de setembro de 1983, p. 7). A presença de um sargento reformado do exército e de um policial militar nos saques poderia estar imbricada com a ascensão do crime organizado e a venda de entorpecentes nas comunidades do Rio de Janeiro durante o período. A outra hipótese, menos provável, é que os dois sujeitos estariam encarregados da segurança particular de algum supermercado, já que “comerciantes dos subúrbios organizaram um policiamento próprio para proteger” os seus estabelecimentos (*Jornal do Brasil*, 14 de setembro de 1983, p. 1). De acordo com o governador Leonel Brizola, os suspeitos de comandar os motins passavam duas horas antes “nas favelas avisando aos moradores os estabelecimentos” que deveriam ser atacados (*Jornal do Brasil*, 10 de setembro de 1983). A leitura da situação realizada por Brizola é legítima se for levado em consideração os atentados empreendidos por grupos de extrema direita que buscavam criar um cenário de instabilidade e impedir a abertura política no início da década de 1980, mas a posição inicial do governador expõe as fragilidades da administração estadual em solucionar os conflitos promovidos por camadas desfavorecidas do tecido social brasileiro, que dificilmente ousavam se manifestar devido a uma série de circunstâncias, entre as quais pela falta de meios adequados para expressar as suas demandas e pela correlação de forças que lhes era extremamente desfavorável em virtude da estruturante desigualdade social vigente no país.

Quando os saques se ampliaram, as forças de segurança a serviço do governo estadual atuaram no sentido de mapear os possíveis incitadores do movimento. No entanto, as investigações efetuadas não comprovaram o envolvimento de lideranças responsáveis por conduzir a multidão aos estabelecimentos comerciais com o intuito de saqueá-los. Na verdade, as pessoas que foram detidas realçavam as trajetórias erráticas de quem encarava a fatigante tarefa de sobreviver em meio ao desemprego e à falta de condições mínimas para adquirir a alimentação básica do dia-a-dia. O balconista desemprego Everaldo Pereira da Silva, preso após ter furtado um pedaço de carne, com 27 anos de idade e pai de uma filha de quatro meses, admitiu ter participado do saque “porque a situação não está boa e a gente tem que aproveitar” (Jornal do Brasil, 10 de setembro de 1983, p.5). Já Ubiratan Sores Pereira, acusado de estimular os saques, tinha quatro filhos e estava desempregado há dois anos, não conseguia arrumar sequer um biscoito. “Por isso, ao ver na televisão os casos de saques ocorridos no Rio, começou a reunir parentes e amigos, marcando um encontro à zero hora no dia 8, em frente ao Supermercado Maracanã do Engenho de Dentro, onde, com pedras, quebraram as vidraças do estabelecimento para saqueá-lo”. Apresentado ao Departamento Geral de Investigações Especiais, o acusado confessou ter furtado “20 quilos de arroz e seis de feijão” (Jornal do Brasil, 13 de setembro de 1983, p. 4). Além dos desempregados, constata-se a participação nos saques de vendedores ambulantes e outros trabalhadores informais, menores de idade, donas de casa e pessoas em situação de rua. Um perfil heterogêneo, mas não incomum, de vidas que foram extremamente afetadas pelos desdobramentos da crise do início da década de 1980.

Pouco importa se os saques contaram ou não com o papel de lideranças que insuflavam as incursões aos estabelecimentos comerciais. Certamente os saques significaram muitas coisas ao mesmo tempo. Portanto, cada sujeito envolvido procurou justificar sua ação de maneira subjetiva, assim como fizeram Sônia dos Santos, Antônia de Jesus, Maria de Oliveira, Ubiratan Soares Pereira e Everaldo Pereira da Silva. O que aproximava essas vivências era o sentido atribuído à experiência da fome. Tampouco importa o preciosismo de tentar encontrar o motivo primário que desencadeou a onda de protestos nos bairros do Rio de Janeiro, pois um quadro amplo de insatisfação já estava colocado e deixou sua marca na transição política brasileira. As pessoas que participaram dos eventos, possivelmente, colocaram em movimento uma retórica social que já vinha sendo mobilizada para criticar o regime militar brasileiro desde a primeira metade da década de 1970, no auge do “milagre” econômico. Entre 1970 e 1985, a fome, a injustiça social, o arrocho salarial, o acesso à moradia, o desemprego e o alto custo de vida foram temas recorrentes de inúmeros documentos recolhidos pelo Serviço Nacional de Informações, comprovando a atuação do chamado “clero progressista” em diferentes regiões do país junto às classes populares. Para interpretar os protestos desencadeados ao longo do ano de 1983, é indispensável avaliar a complexa interação que setores da Igreja católica mantinham com as camadas desassistidas do tecido social brasileiro.

Em sua tese de doutorado intitulada *Mobilizações contra a fome no Brasil*, o historiador Daniel Horta Alvin afirma que o tema da fome adquiriu grande notoriedade no espaço público entre as décadas de 1970 e 1980. Segundo o autor (2016, p. 129), durante a crise econômica do início dos anos de 1980, a “alta inflacionária criava um clima de desconfiança popular sobre a honestidade dos comerciantes que aumentavam os preços dos alimentos, enquanto o povo passava fome”. Se por um lado os veículos ligados às estruturas empresariais buscavam produzir um consenso em torno dos acontecimentos em curso, realçando as depredações cometidas pelos que efetuavam os saques, por outro lado, “alguns bispos da Igreja católica vinham defendendo publicamente a ideia de que ‘não era pecado roubar para não morrer por fome’.” No entanto, as evidências levam a crer

que os saques que ocorreram em setembro de 1983 não foram acontecimentos tão repentinos assim. Na região Nordeste do país, por exemplo, “a prática de ‘pegar comida sem pagar’ em tempos de seca climática tornou-se uma tradição legítima desde a década de 1950” (Alvin, 2016, p. 129). De acordo com Alvin, a combinação entre desemprego e fome serviu para desencadear ações que estavam ligadas a experiências sociais de longa duração e que eram compartilhadas por camadas populares. Em vários momentos do século XX, a “saída de levas de famintos do campo em direção às cidades em busca de comida parece ter alcançado um status de tradição socialmente legitimada no Nordeste”, argumenta Alvin. Existia, portanto, uma “espécie de rito social forjado historicamente e experimentado, de tempos em tempos, como forma de garantir a sobrevivência de uma larga população empobrecida no campo” (Alvin, 2016, p. 153).

A partir de tal leitura, Alvin propõe a seguinte interrogação: “seria possível considerar que a população acostumada a saquear no Nordeste recriaria, nos tempos de forte carestia dos anos 1980, estas práticas também nos centros urbanos do Sudeste?”. O questionamento é pertinente e merece ser aprofundado. Vale acrescentar que, diferentemente dos “clérigos das regiões meridionais do Brasil”, a Igreja do Nordeste, “com forte tradição de religiosidade popular e oposição a formas europeias de crença”, desde cedo “concentrou-se na questão da pobreza”. Antes mesmo de “os bispos latino-americanos cunharem a frase ‘opção pelos pobres’”, os seminaristas da região caminharam no sentido de praticar “a empatia com a gente comum” (Serbin, 2008, p. 245-246; 258). Apesar do viés anticomunista, os bispos do Nordeste, já durante a década de 1950, foram “pioneiros na criação de novas formas organizacionais no interior da Igreja, no lançamento de campanhas de conscientização através da alfabetização de adultos e na organização das primeiras mobilizações de trabalhadores rurais” (Della Cava, 1986, p. 16). Em maio de 1973, os bispos da região redigiram um importante manifesto contra o regime militar, que recebeu o título de *Eu ouvi os clamores do meu povo*, em referência a uma passagem bíblica do livro Êxodo. Entre outras coisas, o documento, que acabou sendo censurado no Brasil e publicado por agências de notícias no exterior, chamava atenção para a vida do trabalhador rural desprovido de direitos, assim como a permanência das suas condições precárias mesmo na cidade após o processo de migração. O manifesto enfatizava que o camponês, “marginalizado no campo, explorado e sem acesso à terra”, precisava lutar “pela terra, ou emigrar para os centros urbanos da Região, para São Paulo ou outro lugar onde” continuava “sendo explorado como mão-de-obra barata”. Ainda segundo o manifesto, na cidade a saga continuava, pois “sem condições de competir pelo tipo de empregos gerados pela indústria, já de si insuficientes para absorver a expansão da força de trabalho urbano”, o camponês tentava a qualquer custo se acomodar na “subocupação do setor de serviços”. De biscate em biscate, restava encontrar os meios disponíveis para “satisfazer a necessidade mais elementar: a fome” (Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional: Fundo BR DFANBSB V8, AC ACE 58875/1973). Compreender em que medida as trajetórias esboçadas pelo documento dos bispos do nordeste no início da década de 1970 se aproximam ou se afastam dos sujeitos que foram às ruas no Rio de Janeiro em setembro de 1983 é uma incerteza que esbarra nas lacunas próprias do conhecimento histórico. Cabe ao historiador, porém, tentar delimitar os cenários possíveis que provocaram os conflitos retratados na imprensa e nos documentos do SNI.

Ao investigar a inserção de trabalhadores migrantes nordestinos em São Miguel Paulista, o historiador Paulo Fontes (2004, p. 365) afirma que a “grande migração das regiões rurais para as cidades é um dos fatos marcantes da história social brasileira na segunda metade do século XX”. De acordo com os dados levantados pelo autor, entre as décadas de 1950 e 1980, “estima-se que mais de 38 milhões de pessoas saíram do campo, alterando profundamente o perfil socioeconômico do país”. O imaginário que motivava tantas pessoas a deixar a terra natal em

busca de uma vida melhor recaía justamente sobre a expectativa de superar a fome, a seca e a miséria. Guardadas as devidas peculiaridades geográficas, temporais e sociais que separam São Paulo e Rio de Janeiro, não seria de todo improvável supor que alguns sujeitos presentes nos saques de 1983 carregassem experiências forjadas em outros espaços; experiências que foram rearticuladas no contexto do início da década de 1980 por novas gerações face aos dilemas que se apresentavam naquele momento. Ao contrário das relações tecidas pelos trabalhadores da Nitro Química, em São Miguel Paulista na década de 1950, tema da pesquisa de Fontes, as pessoas que participaram dos episódios em setembro de 1983 encaravam a variação do mercado informal de trabalho e precisavam se acomodar através dos ínfimos recursos disponíveis no cotidiano. Segundo Kowarick (2010, p. 21), com a crise do início dos anos 1980 “não só se acentuou o grau de pauperização, como também muitos nem mesmo” conseguiam “se transformar em mercadoria superexplorada por um capitalismo” que afundava na recessão. Cenário um pouco diferente, portanto, dos anos anteriores quando “a expansão econômica gerou uma quantidade de empregos que em certa medida contrabalançou a queda dos níveis de remuneração” (Kowarick, 2010, p. 21).

De acordo com Luna e Klein (2014, p. 76), entre os estados que mais importaram mão-de-obra proveniente da mobilidade populacional da segunda metade do século XX, “observa-se que São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, em conjunto, absorveram 2 milhões de brasileiros na década de 1950, número que aumentou continuamente até atingir 7,2 milhões de brasileiros na década de 1980”. O crescimento das cidades não foi acompanhado por investimentos sistemáticos em infraestrutura e habitação, como consequência houve uma expansão significativa de pessoas “vivendo em favelas, loteamentos irregulares ou outras formas de moradias subnormais” (Luna; Klein, 2014, p. 78). No caso do Rio de Janeiro, entre 1969 e 1973, uma das políticas adotadas pelos agentes públicos consistia em promover a urbanização da cidade a partir da remoção de favelas. Segundo Brum (2018, p. 418), a luta pela moradia tornou-se um fator central para assegurar o direito ao espaço urbano em algumas comunidades. Tal iniciativa contou com as articulações da Pastoral de Favelas, “entidade fundamental para o movimento comunitário das favelas cariocas” no período da abertura política. Conforme assinala o autor (Brum, 2018, p. 418), anteriormente ao surgimento da Pastoral “alguns padres e demais pessoas leigas já vinham promovendo reuniões com grupos de favelados”. A participação de agentes ligados ao chamado “clero progressista”, que colocavam em prática a “opção preferencial pelos pobres”, visava conceder apoio aos “segmentos que voltavam a se organizar no fim da ditadura a partir das Comunidades Eclesiais de Base”. São pequenos indícios que apontam para a circulação de retóricas sociais oriundas do cristianismo da libertação e que, de uma maneira ou de outra, estiveram presentes nos eventos de setembro de 1983. Não por acaso, em janeiro de 1981, a agência do SNI do Rio de Janeiro, juntamente com o Departamento Geral de Investigações Especiais da Secretaria de Estado de Segurança Pública, elaborou um relatório constatando o dinamismo das interlocuções estabelecidas entre padres, Comunidades Eclesiais de Base e associações de bairros e favelas em diferentes partes do Rio de Janeiro (Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional: Fundo BR DFANBSB V8, ARJ ACE 4242/1981).

Entre “marginais” perigosos, como queriam algumas vozes que se fizeram representar por meio do *Jornal do Brasil*, e pobres desempregados, os saques de setembro de 1983 revelam as contradições de uma sociedade refém da desigualdade. A fome, sem sombra de dúvida, foi um fator de aglutinação e, momentaneamente, se transformou em poderosa bandeira de reivindicação para aqueles que não se enquadravam na categoria de trabalhadores com carteira assinada, mas que dependiam do trabalho e dos vínculos informais para alcançar remunerações incertas. Sujeitos que ao proferirem a palavra “fome” evocavam práticas, valores morais e experiências como

forma de exigir um direito elementar. São trajetórias que parecem ser a regra em várias regiões do país. De todo modo, o número de saques em 1983 no Rio de Janeiro cessou gradativamente após o governador Leonel Brizola propor a distribuição diária de sopa aos desempregados e aos moradores de rua. Brizola também procurou viabilizar a venda de cestões a preços mais acessíveis à população. Por fim, o governador reforçou a Guarda Noturna nos bairros e a segurança nos supermercados (Jornal do Brasil, 14 de setembro de 1983, p. 1).

### 3.2 Uma cultura política em movimento

Enquanto no Rio de Janeiro os saques iniciaram no dia 3 de setembro e perduraram até o final do mês, em São Paulo o primeiro registro ocorreu no dia 16 de setembro de 1983. Segundo o relatório expedido pelo Serviço Nacional de Informações, boa parte dos ataques, protagonizados por moradores da Vila 1º de Outubro, desenrolou-se na Zona Leste da cidade, no Itaim Paulista. As pessoas envolvidas com os saques em São Paulo eram, em sua maioria, mulheres e crianças, que “chegavam e levavam gêneros alimentícios, sem recorrer à violência” (Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional: Fundo BR DFANBSB V8, ACE 38458/1983). Temos, portanto, uma pequena variação de perfil se comparado aos acontecimentos do Rio de Janeiro, ao menos de início. Isso porque, entre 26 e 28 de setembro, os episódios se agravaram. No dia 27, “o dono do Supermercado Mesquita reagiu e matou o desempregado José Francisco Ferreira Couteiro, de 22 anos”. Na mesma ocasião, foi ferida Hélia Maria Jesus Nascimento por arma de fogo, em um dos ombros (Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional: Fundo BR DFANBSB V8, ACE 38458/1983). O governador Franco Montoro e o Secretário de Segurança do estado declararam que os saques não possuíam motivações políticas, pois tratavam-se de “movimentos espontâneos decorrentes da crise econômica” (Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional: Fundo BR DFANBSB V8, ACE 38458/1983). A postura do governador parecia desagradar os agentes de informação. Consta no relatório do SNI que Franco Montoro não estava tomando “medidas para solucionar o problema e a polícia” não garantia a ordem, quando solicitado as guarnições demoravam muito para chegar até os locais de ocorrência.

Com a expansão dos saques para outros pontos da capital paulista, a polícia deteve algumas pessoas envolvidas, como foi o caso de Janizete dos Santos Barros. No 27ª DP, Janizete justificou sua participação nos episódios, mediante a presença de repórteres, “após ter ouvido o sermão do padre da Igreja da Cidade Leonor”, na Zona Sul da cidade, onde esteve “na noite de segunda-feira passada”. Nas palavras de Janizete, “o padre disse que a gente podia ir aos supermercados para pegar mantimentos. Falou do custo de vida muito alto e disse que a gente poderia entrar e pegar tudo – arroz, feijão farinha, óleo, açúcar – mas não era para pegar cigarros, bebidas e nem dinheiro”. Segundo o depoimento da relatora, o padre, ainda, teria aconselhado que “a gente poderia entrar e se aparecesse polícia não era para fugir, era para ficar parado, porque nada iria acontecer” (Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional: Fundo BR DFANBSB V8, ACE 38458/1983). A fala de Janizete deixa explícito a circulação de uma retórica social proveniente do cristianismo da libertação que foi mobilizada durante os saques de 1983. A fome, dentro de tal perspectiva cristã, era um “pecado social” que precisava ser denunciado e combatido (Libânio, 1994, p. 46-61). Mas a história de Janizete não termina por aqui.

Na *Folha de São Paulo*, o motivo apresentado por Janizete para justificar seu envolvimento nos incidentes ganhou repercussão em duas notas do jornal. O bispo da Zona Sul, Dom Antônio Gaspar, refutou a versão da mulher ao afirmar que não havia nenhum padre na paróquia com as características e vestimentas descritas por ela. Dom Gaspar, porém, observou que os

acontecimentos refletiam a “fome do povo”. O bispo também constatou o aumento do número de pessoas que passaram a procurar a Igreja em busca de comida (Folha de São Paulo, 30 de setembro de 1983, p. 17). Avaliando os vestígios deixados na imprensa, o que chama atenção é a denúncia feita por comerciantes locais sobre o papel de religiosos que, segundo as acusações, incentivavam os populares a entrar nos mercados e pegar os alimentos das prateleiras a fim de atenuar a fome. O bispo da Zona Leste, Dom Angélico Sândalo, considerou “grave e leviana a acusação de que padres e freiras da região” estavam “incitando os saques” (Folha de São Paulo, 30 de setembro de 1983, p. 17). A irmã Carmen Julieta Rodrigues, da paróquia de Bom Jesus das Oliveiras, situada na Zona Leste de São Paulo, seguiu o mesmo argumento do bispo ao desmentir a imputação dirigida a sua pessoa a respeito do estímulo aos saques: “isso tudo é uma jogada contra a Igreja, que está muito visada, na medida em que está colocando a mão na massa, reunindo o povo, e isso, ao que parece, não é conveniente” (Folha de São Paulo, 01 de outubro de 1983, p. 15).

Apesar de Dom Antônio Gaspar contradizer a versão de Janizete, não é factível descartar o depoimento da mulher. De acordo com as poucas referências disponíveis nos documentos, sabemos que Janizete era uma jovem de dezoito anos, doméstica, pobre e, possivelmente, frequentava as celebrações religiosas na Igreja da Cidade Leonor, na Zona Sul de São Paulo (Folha de São Paulo, 29/09/1983, p. 23). Sabemos, também, conforme a afirmação do bispo Dom Antônio Gaspar, que o contingente de pessoas que chegava à paróquia em busca de comida tinha aumentado consideravelmente. É verossímil que perfis como o de Janizete recorressem à Igreja para obter alimentos em meio ao contexto de desemprego, inflação e fome, assim como é provável que esses temas estivessem presentes nos discursos de padres e outros membros religiosos durante as celebrações eucarísticas ou durante as atividades desenvolvidas na paróquia; isso não significa dizer que padres e freiras incitavam os saques aos mercados e empórios. Os posicionamentos de Dom Antônio Gaspar, Dom Angélico Sândalo e irmã Julieta foram proferidos no espaço público no sentido de evitar maiores aborrecimentos com os setores conservadores da Igreja Católica e preservar a atuação social da instituição. Aliás, Dom Antônio Gaspar ressaltou a “fome do povo”, enquanto irmã Julieta reconheceu que a Igreja estava colocando “a mão na massa” e “reunindo o povo”, o que realmente não era conveniente para um regime autoritário que destinava seus esforços na intenção de controlar a transição política. De tal modo, o relato de Janizete torna-se plausível se for considerado outras pistas que ajudam a elucidar a circulação de uma retórica social a partir do cristianismo da libertação. No início da década de 1980, quando a Nova República já estava no horizonte próximo, as agências do Serviço Nacional de Informações ainda permaneciam atentas aos movimentos do “clero progressista” e à inserção de suas ideias e práticas sociais junto aos populares. Vejamos trechos de materiais que foram recolhidos pelo SNI entre os meses de março e dezembro de 1983, são publicações utilizadas em paróquias e distribuídas através das Comunidades Eclesiais de Base:

Exemplo 1: Se alguém tem fome, devemos dividir com ele o que temos [...] (Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional: Fundo BR DFANBSB V8, ASP ACE 13688/1983).

Exemplo 2: Você já percebeu que uma grande parte do pessoal da nossa favela é de gente que veio da roça? Gente que tinha um pedacinho de terra, plantava, ia vivendo. Tiveram que sair de lá. Vieram morar na cidade mas o sofrimento continua. Se na roça tem problema de terra, na cidade também tem, porque a gente nem consegue um lugarzinho pra morar (Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional: Fundo BR DFANBSB V8, AC ACE 39960/1984).

Exemplo 3: O desemprego está cada vez maior. E muitos acabam arrumando um trabalhinho aqui, outro trabalhinho ali e vão se virando. Mas nunca o sujeito tem certeza do dia de amanhã. E o pior é que fome não tem férias [...]. É esta nossa sociedade que está errada. Porque se estivesse certa, a vida não estaria ficando cada vez mais dura. E o pior é que a gente vê que enquanto o número de pobres vai aumentando e enquanto a miséria vai ficando cada vez maior, a riqueza dos ricos também aumenta, e fica cada vez na mão de menos gente. Essa divisão está muito malfeita e está insultando o próprio Deus que deu a terra todos os homens e não apenas para alguns (Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional: Fundo BR DFANBSB V8, AC ACE 39960/1984).

O primeiro exemplo remete à fala de uma pessoa anônima que frequentava um grupo de bairro na cidade de São Paulo. A citação foi retirada do livreto *O Evangelho na Rua*, que integrava a coleção *Cadernos de Base*. A pequena obra, impressa pelas Edições Paulinas, dispõe de textos redigidos pelos Padres Antônio Francisco Falconi e Antonio Luiz Marchioni. A linguagem de fácil entendimento e a crítica voltada ao sistema capitalista motivaram a supervisão da agência do SNI de São Paulo. No relatório redigido pelos agentes, temia-se a pretensa “doutrinação” que o “clero progressista” poderia exercer junto às pessoas pobres. Deixando um pouco de lado o parecer dos agentes de informação, nota-se que a questão da fome ganha contornos morais quando a fala anônima é reproduzida no texto. A carência de alimentos não é tratada como um infortúnio individual, e sim coletivo, pois resolver o dilema da fome requer a solidariedade da comunidade na divisão de um prato de comida com os mais necessitados.

Os outros dois exemplos foram retirados do panfleto *Vamos defender nossos direitos*, anexado a um relatório do SNI de dezembro de 1983. Publicado pela Editora Vozes e de autoria do Centro de Defesa dos Direitos Humanos/ Grupo de Ação Justiça e Paz (CDDH/GAJP) de Petrópolis, Rio de Janeiro, o panfleto pertencia a coleção *Da base para a base*, coordenada por Frei Carlos Mesters, Frei Betto, Frei Clodovis Boff e Frei Leonardo Boff. Em linhas gerais, o escrito didático aborda de maneira simples, através de um vocabulário enunciado por personagens fictícios, temas do cotidiano relacionados aos Direitos Humanos. O acesso à moradia, as trajetórias comuns de pessoas que saíram do campo, a falta de perspectivas na cidade, o sofrimento dos mais pobres, o desemprego, o trabalho informal, a fome, a miséria, a concentração de renda e as injustiças sociais, assuntos que atravessam as duas citações, constituem uma retórica social que circulou em diferentes partes do Brasil por meio das redes desatadas pelo “clero progressista”. É plausível, portanto, acreditar que Janizete e tantos outros sujeitos tenham se deparado em algum momento de suas vidas com essa retórica social e, identificando-se com ela, tenham a colocado em movimento a partir de suas próprias experiências ordinárias. Seja por ouvir dizer de um vizinho, nas festividades religiosas, no grupo de bairro, no salão paroquial ou na saída da Igreja após uma missa, a retórica social projetada pelo cristianismo da libertação foi apropriada de diversas maneiras pelas camadas populares, constituindo-se como artefato político para a reivindicação de direitos sociais. Afinal de contas, pobres e trabalhadores sempre cultivaram “sua moral e costumes”, ou seja, eles preservaram “suas práticas nos seus bem defendidos locais de sociabilidade e moradia, nas ruas e praças, entregando-se aos seus amores e valores”. De igual modo, pobres e trabalhadores também “podiam se valer de tais espaços para sua união, ou para protestos e motins” (Negro, 2004, p. 30). Entre as décadas de 1970 e 1980, segundo Marcos

Napolitano, “o trabalho organizativo da Igreja, materializado nas comunidades eclesiais de base, deu nova forma e ideologia à tradição associativa popular”. As condições precárias presenciadas no dia-a-dia motivaram a organização de demandas, “o cotidiano, o bairro, a praça, o salão da igreja foram politizados não a partir dos grandes projetos revolucionários, mas pela realização da pequena utopia democrática” (Napolitano, 2018, p. 273).

Os saques de setembro e outubro de 1983, em São Paulo, não representam uma novidade. Em abril do mesmo ano, a cidade passou por fenômeno semelhante. Uma quantidade razoável de pesquisas produzidas no âmbito da historiografia fornece um bom panorama para se avaliar os acontecimentos de abril de 1983 (Munhoz, 1989; Napolitano, 2006; Ferreira, 2009). Investigando os principais jornais da cidade no período, Ferreira (2009, p. 143) afirma que “assuntos como desemprego, salário e custo de vida tornaram-se questões secundárias, senão esquecidas” pelos veículos impressos. A autora alega que “o significado das irrupções sociais e as questões postas pelos manifestantes foram gradativamente suplantados por temas concernentes aos temores e interesses dos jornais e dos dirigentes públicos como a questão da ordem pública” (Ferreira, 2009, p. 143). Embora os saques de abril deixassem evidente o “caráter de justiça frente ao desemprego e a fome que afligia grande parte da população, demonstrando, dessa forma, a permanência de tradições populares”, de “preceitos morais” e a “realidade socioeconômica dos moradores da periferia” (Ferreira, 2009, p. 29), os protestos protagonizados por pobres desempregados suscitaram um profundo temor nas classes dirigentes. Desde o século XIX, o medo da “plebe” foi um fator decisivo, capaz de unificar os estratos da elite conservadora brasileira (French, 2006, p. 405-406), isso não seria diferente com os motins de 1983. Na verdade, pensando em temporalidades mais abrangentes, em alguns momentos as representações dos protestos populares que circularam na imprensa carregam as reminiscências de um estado nacional que foi forjado a partir da lógica escravocrata (Marquese & Parron, 2011).

Para além de experiências sociais, os saques de 1983 possibilitam mapear a agência política de quem esteve envolvido com os protestos. Uma vez mais, os relatos de Sônia dos Santos, Antônia de Jesus, Maria de Oliveira, Ubiratan Soares Pereira, Everaldo Pereira da Silva e Janizete dos Santos Barros configuram, na perspectiva da antropologia da política, conforme salienta Karina Kuschnir (2005, p. 21), “atitudes, gestos e falas” que podem “ser tomadas como símbolos que ajudam a entender o significado etnográfico da política”. Segundo a autora (2005, p. 17), “a política interfere na leitura dos significados do cotidiano, colorindo a vida social com seus rituais e valores próprios”, sendo fundamental para elucidar as “práticas sociais relacionadas com a estrutura institucional de poder na sociedade” (Kuschnir, 2005, p. 3). Em que medida as agências políticas presentes nos saques de 1983 integram uma cultura política é uma discussão que permanece aberta e carece de maior aprofundamento. Consciente das limitações que envolvem o uso do conceito, mas também dos avanços que podem ser alcançados ao adotar tal noção, este trabalho pretende ser um primeiro esforço, ainda em caráter exploratório, no intuito de constatar a formação de relações políticas durante o processo de redemocratização brasileiro em meio a retóricas sociais e a episódios repletos de lacunas, como é o caso dos saques de setembro de 1983. Processo de redemocratização que culminou, segundo Leonardo Avritzer (1995, p. 11), em uma Nova República marcada pelo “conflito entre as forças societárias, que entendem a sociedade como autônoma e procuram limitar as forças do Estado e do mercado, e as forças sistêmicas, que resistem a qualquer forma real de limitação de seu poder”.

O conceito de cultura política, ao ser pensado em conjunto com os fundamentos da antropologia da política, proporciona ao historiador um olhar cauteloso e atento às experiências que transitam

entre o cotidiano e o domínio do político. Em diálogo com a antropóloga Karina Kuschnir (2000, p. 8), pode-se afirmar que o conceito opera “entre a mediação política e a mediação cultural”, o que permite apreciar “níveis de cultura e sociabilidades extremamente complexos”, assim como os “códigos de significação da realidade” que orientam experiências, decisões e práticas sociais. Os saques de 1983 e as retóricas sociais provenientes do cristianismo da libertação denotam a presença de interações construídas vagarosamente, e que circularam em diferentes níveis sociais. Para Kuschnir e Carneiro (1999, p. 227), “a noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político”, colocando em “evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus autores”. A aplicação do conceito, portanto, é um caminho promissor para se compreender relações políticas em movimento. Essas relações políticas são reveladoras quanto às acomodações e à delimitação de conflitos entre grupos antagônicos, mas também são reveladoras quanto aos aspectos culturais que impõem limites ao engajamento político em determinadas sociedades. Não cabe aqui, explorar a origem do conceito e suas querelas, mas é necessário atentar para a contribuição decisiva da historiografia francesa a partir da renovação da histórica política. Segundo Bernstein (2009, p. 33), uma cultura política se exprime “onde as palavras, em geral codificadas, dizem mais que aquilo que significam correntemente, onde o não dito encobre ricos segundos planos, onde cada um compreende por meias palavras porque conhece as chaves de interpretação” (Bernstein, 2009, p. 36). Esse parece ser um ponto fundamental para se analisar as retóricas sociais do cristianismo da libertação e os saques de 1983.

#### 4. Conclusão

Durante as décadas de 1980 e 1990, a agenda de combate à fome e à miséria no Brasil foi decisiva para a proposição de projetos políticos de esquerda. O que não estava dito diretamente nos saques de 1983 pode representar traços de uma cultura política e, ao mesmo passo, revelar temporalidades dissonantes do próprio processo de redemocratização brasileiro. Os saques que ocorreram em 1983 continuam a suscitar dúvidas em meio ao cenário de desemprego e fome que motivou muitos sujeitos a invadir supermercados em busca de alimentos. Todavia, sem perder de vista a circulação de uma retórica social que já se fazia presente para denunciar as desigualdades estruturais que se ampliaram durante o regime militar, e que foi mobilizada por pessoas envolvidas com os protestos.

Os resultados apresentados neste artigo servem como ponto de partida para delinear algumas observações de caráter introdutório do projeto de doutorado “*Eu ouvi os clamores do meu povo*”: *Humanismo cristão e desigualdades sociais na transição política brasileira (1974-1985)*, que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). Busca-se, de maneira específica, identificar prováveis elementos de uma cultura política a partir dos rastros deixados pelos adeptos do cristianismo da libertação. Para desvendar as tramas que envolvem tal cultura política, é necessário encontrar a densidade temporal do processo histórico em questão. A primeira hipótese lançada recai sobre o fato de que uma cultura política ganhou contornos nítidos por meio da complexa relação estabelecida entre o cristianismo da libertação e uma leitura das desigualdades sociais vigentes no Brasil durante a transição da ditadura militar para um regime pretensamente democrático (1974-1985). Essa relação, possivelmente, fez emergir um sentido alternativo de democracia que esteve em constante conflito com as projeções liberais firmadas para a “Nova República”. Considerar as variações de uma cultura política em movimento, que perpassa segmentos importantes das

esquerdas no Brasil, pode contribuir para o questionamento dos padrões restritivos de democracia e abrir caminhos que buscam valorizar práticas democráticas participativas, a fim de planejar saídas diante dos desafios que estão colocados no século XXI. É preciso acrescentar que este breve exercício de reflexão tem como base as implicações teórico-metodológicas da História do Tempo Presente.

## REFERÊNCIAS

- Alvin, D. H. (2016). *Mobilizações contra a fome no Brasil: 1978-1988*. [Tese de Doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia–Universidade Federal Fluminense].
- Avritzer, L. (1995). Cultura Política, Atores Sociais e Democratização: uma crítica das Teorias da Transição para a democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10(28).
- Bernstein, S. (2009). Culturas política e historiografia. In, C. Azevedo; D. Rollemberg; P. Knauss; M. Bicalho; S. Quadrat (Eds.) *Cultura política, memória e historiografia*, (pp. 29-46). FGV.
- Brum, M. S. I. (2018). Opção pelos pobres: a Pastoral de Favelas e a reorganização do Movimento de Favelas no Rio de Janeiro na redemocratização. *Estudos Históricos*, 31, 413-432. <http://doi.org/10.1590/S2178-14942018000300006>
- Cardoso, A. (2010). Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. *Dados*, 53(4), 775-819. <https://www.scielo.br/j/dados/a/y9QR6yy8Cb59jcbRWVMyVbx/?lang=pt>
- Cidade (07 de setembro de 1983). Supermercados temem saque. *Jornal do Brasil*
- Cidade (10 de setembro de 1983). Brizola acusa direita de estar por trás dos saques. *Jornal do Brasil*
- Cidade (13 de setembro de 1983). Polícia mostra outro incitador. *Jornal do Brasil*
- Cidade (14 de setembro de 1983). Brizola pensa em “sopão” e “cestão” para evitar saques. *Jornal do Brasil*
- Della Cava, R. (1986). A Igreja e a Abertura, 1974-1985. In, P. J. Krischke; S. Ainwaring. *A Igreja nas bases em tempo de transição*, (pp. 13-45). CEDEC.
- Ferreira, C. B. (2009). *Representações de intolerância na imprensa escrita: saques e quebra-quebras em São Paulo (abril de 1983)*. [Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas–Universidade de São Paulo].
- Fico, C. (2017). Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, 9(20), 05-74. <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>
- Fico, C. (2012). História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, 28, 43-59. <https://www.scielo.br/j/vh/a/P7RGYBDbYn755mZRVGq3vGx/abstract/?lang=pt>
- Fontes, P. (2004). Migrações nordestinas e experiências operárias. In C. Batalha; F. da Silva; A. Fortes. (Eds.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. (pp. 363 – 402). Unicamp.
- French, J. (2006). Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos. In S. Lara; J. N. Mendonça (Eds.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. (pp. 379 – 416). Unicamp.
- Geral (29 de setembro de 1983). Chegam a 32 os saques aos minimercados. *Folha de São Paulo*, p. 23.
- Geral (30 de setembro de 1983). Saques continuam e aumenta a tensão na periferia. *Folha de São Paulo*
- Geral (01 de outubro de 1983). Saques continuam e já são 55 na Grande São Paulo. *Folha de São Paulo*
- Goldman, M.; Silva, A. C. C. (1998). Por que se perde uma eleição. In: I. Barreira; M. Palmeira (Eds.). *Candidatos e candidaturas. Enredos de campanha eleitoral no Brasil*. (pp.1 – 24). Annablume: UFC.
- Kowarick, L. F. F. (2010). *Escritos Urbanos*. Editora 34.

- Krischke, P. (1986). As CEBs na “Abertura”: Mediações Entre a Reforma da Igreja e as Transformações da Sociedade. In P. J. Krischke; S. Mainwaring (Eds.). *A Igreja nas bases em tempo de transição*. (pp. 185-207). CEDEC.
- Kuschnir, K. (2005). *Antropologia da política: uma perspectiva brasileira*. University of Oxford Center for Brazilian Studies
- Kuschnir, K. (2000). *O cotidiano da política*. Zahar
- Kuschnir, K., & Carneiro, L. P. (1999). As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. 24, 227-250.
- Libânio, J. B., & Antoniazzi, A. (1994). *Vinte Anos de Teologia na América Latina e no Brasil*. Vozes.
- Lowy, M. (2007). As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In, J. Ferreira; D. A. Reis (Eds.). *Revolução e Democracia (1964)*. Civilização Brasileira.
- Luna, F. V., & Klein, H. S. (2014). Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In, D. A. Reis Filho; M. Ridenti; R. P. S. Motta (Eds.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos*. (pp. 66-91). Zahar.
- Marquese, R. B., & Parron, T. P. (2011). Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. *Topoi*, 12(23), 97-117. <https://www.scielo.br/j/topoi/a/WrGBYmrDBXfPS3S4HTr558L/?format=html&lang=pt>
- Munhoz, S. J. (1989). *A ordem do caos “versus” o ocaso da ordem (saques e quebra-quebras em São Paulo – 1983)*. [Dissertação no Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas–Universidade Estadual de Campinas].
- Napolitano, M. (2018). *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. Contexto.
- Napolitano, M. (2006). *Cultura e poder no Brasil contemporâneo*. Juruá.
- Negro, A. L. (2004). Paternalismo, populismo e história social. *Caderno AEL*, 11(20/21), 11-38.
- Salles, R. (2011). Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). *Revista de Índias*, 71(251), 259-284. <https://doi.org/10.3989/revindias.2011.010>
- Serbin, K. P. (2008). *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. Companhia das Letras.
- Thompson, E. P. (1998). *Costumes em comum*. Companhia das Letras.
- Wollmann, L. P. (2010). A ira do monstro: retórica política do Jornal do Brasil em tempos de redemocratização. *Esboços (UFSC)*, 17(23), 223-246. <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2010v17n23p223>

---

### Autor

**Geovanni Rocha Junior Rocha.** Graduado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2017), possui mestrado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2019). Atualmente é doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC), na linha de pesquisa culturas políticas e sociabilidades.